

Em Angola, como na generalidade dos países africanos, a democracia está comprometida pelo facto de não existir liberdade de escolha nem uma independência efectiva. Isto porque, por um lado, a capacidade de escolha só é possível se existir conhecimento, educação e informação. Por outro lado, que grau de independência podem ter populações extremamente pobres, facilmente influenciadas no seu voto por questões de sobrevivência?

Existem, no entanto, alguns factores que poderão determinar uma mudança no sentido da reposição do equilíbrio entre o Estado, a sociedade civil e o sector privado em Angola.

Em primeiro lugar, é necessário que se proceda a uma «democratização» e dinamização real do sector privado, por forma a criar um maior e mais diversificado número de empresas, bem como condições para o fortalecimento da classe média. Sem esta evolução, dificilmente será possível um reforço da sociedade civil, que se assume particularmente relevante num país onde as ONG estrangeiras realizam a maior parte de projectos de desenvolvimento, os quais poderiam ser desenvolvidos também pelas organizações nacionais. Em segundo lugar, é fundamental um fortalecimento e capacitação do Estado. O principal desafio reside em reforçar a eficácia do Estado – através das diversas agências e ministérios, da independência do poder judiciário, etc. – sem reforçar um poder autoritário e sem perpetuar os instrumentos de poder actualmente utilizados. Em terceiro lugar, urge apoiar o sector da educação e do conhecimento, em estreita ligação com as novas tecnologias. Verificamos assim que os principais factores de mudança são de natureza interna, embora não se deva negligenciar o papel que a comunidade internacional possa ter no apoio a essa evolução. No plano regional, o facto de países como a África do Sul, o Botsuana, a Namíbia ou Moçambique apresentarem indicadores económicos e sociais cada vez mais elevados, poderá ter uma influência positiva como catalisador da mudança em Angola.

5. Integração Regional e Comércio

De que formas pode a comunidade internacional apoiar os esforços de integração regional e continental em África e qual a viabilidade desses esforços? Como conciliar as abordagens da UE em termos de cooperação, comércio e apoio à integração regional? Quais as vantagens e dificuldades dos Acordos de Parceria Económica, a celebrar entre a UE e as várias regiões africanas? Qual o papel da NEPAD na promoção do investimento internacional nos países africanos? Quais as perspectivas de reforço desse investimento nos próximos anos?

As negociações dos Acordos de Parceria Económica (APE) até 2007, a Reforma da Política Agrícola Comum (PAC) da UE e as rondas negociais no quadro da Organização Mundial de Comércio (OMC), são algumas das questões inevitavelmente presentes no diálogo entre a Europa e a África e que terão uma influência fundamental no futuro das relações económicas e comerciais entre os dois continentes.

5.1. Os Acordos de Parceria Económica⁴⁰

A UE é o parceiro comercial mais importante de África e dos Estados ACP (África, Caraíbas e Pacífico) no seu todo, absorvendo mais de um terço das suas exportações em 2002. Entre 1975 e 2000, as relações comerciais entre estes dois blocos era reguladas por um regime preferencial não-recíproco, em que a UE concedia um acesso quase totalmente

livre à maioria dos produtos originários dos países ACP, no quadro das sucessivas Convenções de Lomé. Apesar deste regime ter por objectivo incentivar o crescimento das exportações e potenciar a diversificação económica nas economias desses países, os resultados ficaram aquém do esperado e não evitaram uma crescente marginalização dos Estados ACP no comércio internacional. A percentagem das exportações ACP no total das importações da UE decresceu de 6,7%, em 1976, para menos de 3%, em 2003. Para além disso, as exportações continuam concentradas num número muito reduzido de bens, sendo que cinco produtos – petróleo, diamantes, cacau, pescas e madeira – representam cerca de 60% do total das exportações dos ACP para a UE (em 2003).

A necessidade de compatibilidade com as novas regras da OMC conduziu à procura de um novo regime comercial entre a UE e os ACP. Este prevê o fim do regime preferencial para os não-PMA (Países Menos Avançados) a partir de 2008, a negociação dos APE ou de outros Acordos bilaterais definidos conjuntamente, e ainda, para os PMA, a possibilidade de manutenção das preferências comerciais, estabelecendo um acesso melhorado ao mercado da UE – o chamado *Lomé plus*, ou EBA – *Everything but Arms*. Este regime comercial, actualmente em negociação entre a UE e os Estados ACP, no quadro do Acordo de Cotonou, engloba não só questões de acesso aos mercados, mas igualmente outras áreas com relevância para o comércio, como a política de concorrência, os direitos de propriedade intelectual, investimentos, patentes, medidas fitossanitárias, protecção dos consumidores, a relação entre comércio e trabalho, entre outros. Os APE serão progressivamente implementados por um período de 10 a 12 anos pelos 6 agrupamentos regionais dos ACP com os quais estão a ser negociados⁴¹.

A UE tem progressivamente vindo a defender que o comércio é a melhor via para reduzir as desigualdades mundiais. No entanto, os APE têm gerado opiniões divergentes. Por um lado, são susceptíveis de criar mercados mais alargados – regionais – e atrair investimento directo estrangeiro. A Direcção-Geral de Comércio da Comissão Europeia (DG Trade) enfatiza o facto de estes acordos poderem gerar efeitos de desenvolvimento e redução da pobreza. Se os mercados funcionarem devidamente, a competição acrescida irá permitir à população ter acesso a produtos de consumo mais baratos, aumentando o seu poder de compra. A liberalização comercial iria igualmente estimular um acesso maior e mais barato a novas tecnologias, transferência de conhecimentos e investimentos. Teoricamente, pelo menos, os benefícios serão consideráveis em termos de integração na economia mundial e de redução da dependência destes países face aos mercados do Norte. Por outro lado, podem englobar elementos negativos ou menos favoráveis para os países ACP, em especial para a maioria dos Estados africanos. Estes parecem não ter reunidas as condições mínimas que lhes permitiriam beneficiar da liberalização, já que em países tão pobres – 27 dos países pior classificados no *ranking* de desenvolvimento do PNUD são ACP – a simples abertura dos mercados poderá conduzir a maior competição entre os produtos locais e os produtos europeus, altamente subsidiados. As consequências para os produtores africanos não são, portanto, animadoras. Os APE suscitam ainda problemas de capacidade a todos os níveis (de negociação, de coordenação, de produção, de gestão, etc.) e prejudicam em muito o nível de receitas aduaneiras – que são, para vários países africanos, uma parte importante da economia. A isto acresce o facto de tanto o calendário como a abrangência do regime terem sido impostos do exterior, não permitindo aos ACP qualquer coordenação com os seus planos de desenvolvimento nacionais ou as suas estratégias de redução da pobreza.

39. Source: Kaufman D., Kray, and M. Mastruzzi 2005; *Governance Matters IV: Governance Indicators for 1996-2004*. O estudo de caso e os gráficos foram apresentados na conferência por Mário Pizarro.

40. Este assunto foi focado por Geert Laporte.

41. CEDEAO (+ Mauritânia), CE-MAC (+ São Tomé e Príncipe), East and Southern Africa States - ESA, SADC, CARIFORUM, Pacífico. Para informação sobre as organizações regionais, ver o quadro Principais Organizações Regionais em África.

Os APE originam igualmente um aumento da complexidade em termos de integração regional destes países, introduzindo novos factores de diferenciação – por exemplo, os PMA e os não-PMA. Assim, um país que seja considerado PMA poderá ter um regime diferente de todos os países da sua região que possuirão, nesse caso, um APE com a UE. Muito do sucesso dos acordos dependerá da evolução dos processos de integração regional nas regiões ACP, bem como das capacidades institucionais e das reformas encetadas ao nível nacional para que possam beneficiar das oportunidades fornecidas pelos Acordos. Muitos afirmam que o estabelecimento de uma reciprocidade comercial com a UE, antes da consolidação dos próprios mercados regionais, tenderá a enfraquecer, em vez de fortalecer, a integração regional em África.

As dúvidas e críticas relativamente à implementação dos APE situam-se não só nos círculos ACP (apoiados pela acção de várias ONGs de desenvolvimento do Norte e do Sul, que estão a desenvolver várias campanhas), mas igualmente ao nível de alguns Estados membros. O Reino Unido, em particular, alerta para a ausência de condições básicas para o sucesso dos Acordos. Estas condições incluem, entre outras, a existência de sectores económicos em pleno funcionamento, produtores competitivos, instituições de mercado bem desenvolvidas e a existência de uma capacidade efectiva do Estado, o que não acontece na maioria dos países. Daí que seja fundamental um reforço institucional e a criação de capacidades nos ACP, por forma a permitir-lhes não só negociar estes acordos com uma estratégia clara e com alta capacidade técnica, mas também implementá-los ao nível nacional e regional, com mecanismos de coordenação e mandatos bem definidos. O comércio não é, assim, um instrumento que se substitua à ajuda, mas os dois devem caminhar lado a lado para a prossecução do desenvolvimento.

Torna-se também necessário salientar que a política comercial da UE conta ainda com vários factores de distorção, como a imposição de taxas de importação, de quotas e de outras restrições a produtos essenciais dos PED. A liberalização do acesso aos mercados só terá efeitos no desenvolvimento destes países se for complementada por outras políticas comunitárias que também o favoreçam, e por um conjunto mais alargado de medidas, como o aumento do investimento directo nesses países, uma redução efectiva da dívida, acesso à informação e às redes mundiais, medidas de promoção do emprego e do sector privado.

5.2. Comércio e Investimento⁴²

A participação de África no comércio mundial regista valores que têm decrescido progressivamente (hoje é cerca de 2% do comércio global) e limitados a um pacote pouco variado de produtos. A incapacidade de responder à modernização dos padrões de comércio – com portos, bancos e estruturas financeiras modernas – e de alterar a sua estrutura de exportação, continuando a ser exportador de produtos primários – quando os países asiáticos evoluíram para o comércio de manufacturados –, explicam em parte esta tendência. Mas outros factores há a destacar.

O sector privado é extremamente débil na maioria dos países africanos, e muitas vezes incapaz de ter acesso a esquemas de financiamento. Isto está relacionado com a nova tendência do Banco Mundial, no sentido de não apoiar os bancos de desenvolvimento mas apenas os juros normais da banca comercial. Não obstante a existência de más experiências relativamente aos bancos de desenvolvimento, existem igualmente

exemplos em que estes foram fundamentais para a industrialização e desenvolvimento do empresariado nacional, como é o caso do Brasil.

Para além disso, existe um problema sério de acesso aos mercados, fruto, em grande parte, da política de subsídios prosseguida pela Europa e pelos Estados Unidos relativamente a vários produtos essenciais para África, como o algodão, o açúcar ou o tabaco. O montante anual destes subsídios (cerca de 360 mil milhões de dólares) ultrapassa em sete vezes a ajuda internacional concedida aos países africanos (aproximadamente 50 mil milhões de dólares). No caso do algodão, algumas dezenas de famílias produtoras nos EUA são subsidiadas em cerca de 4 mil milhões de dólares por ano, sendo o país o principal exportador mundial, com 40 por cento do total do comércio global deste produto. Isto apesar do custo de produção ser cerca de 1,5 dólares/quilo, enquanto nos países africanos é menos de um terço deste valor. O mesmo acontece relativamente à Política Agrícola Comum da UE, de tal forma que Nick Stern, anterior vice-presidente e economista principal do Banco Mundial, afirmou em 2002 que «mais vale ser uma vaca na UE do que uma pessoa em África». Existe mesmo uma contradição entre a pressão exercida pela UE para a liberalização dos mercados, no caso dos APE, e a manutenção de subsídios ou a tentativa de protecção europeu face aos produtos chineses. Assim, a possibilidade de acesso a novos mercados com a diminuição dos subsídios na Europa e nos Estados Unidos – decorrente da *Doha Round* na OMC e das negociações para o algodão e o açúcar – poderá significar uma oportunidade importante para alguns países africanos.

No entanto, a questão dos subsídios é complexa e diversificada. Por um lado, existem casos em que a sua diminuição é negativa para os próprios produtores africanos, como acontece relativamente ao açúcar. Até hoje, os países ACP têm estado ligados à UE através de um protocolo que lhes garante preços muito mais elevados do que os praticados no mercado. Com a reforma da PAC e a previsível diminuição dos subsídios nesta área, o preço deste produto irá descer em 37 por cento nos próximos meses, excluindo uma série de produtores europeus e dos países ACP. Calcula-se que pelo menos 17 países produtores nos ACP perderão receitas consideráveis, enquanto os principais beneficiados serão outros países em desenvolvimento, como o Brasil ou a Tailândia. Isto demonstra que não existe apenas uma questão de relacionamento Norte-Sul no comércio, mas interesses que competem mutuamente entre si no Sul e divisões de agendas no Norte (entre a UE e os EUA, por exemplo).

Por outro lado, a diminuição dos subsídios não é, por si só, suficiente. Por exemplo, da década de 60 para a década de 80, África deixou de ter uma forte representatividade no mercado mundial do café, não devido à política de subsídios, mas em consequência da desarticulação do seu sistema produtivo e da inexistência de condições para a atracção do investimento estrangeiro. Por contraste, o Vietname tornou-se no segundo maior produtor mundial de café devido às suas políticas competitivas.

Tudo isto conduz à degradação dos termos de troca, baseada na desvalorização dos produtos que constituem o essencial da produção africana. Mais uma vez, um exemplo ilustrativo é o café. Na década de 80, a exportação mundial de café representava cerca de 10 mil milhões de dólares e o valor desse produto no mercado consumidor chegava aos 30 mil milhões. Actualmente, o valor das exportações reduziu-se em metade, enquanto o valor no mercado a retalho aumentou para aproximadamente 70 mil milhões de dólares. Os mais penalizados foram os produtores de café, um produto do

⁴². Este tema foi abordado por Carlos Vargas Mago e António Almeida Matos.

qual dependem cerca de 150 milhões de famílias no mundo. Assim, o valor acertado fica nos países consumidores e não nos países exportadores, sendo imperativa uma adequação dos produtos exportados aos padrões dos países consumidores. Este não é, porém, um facto incontornável. A desvalorização dos produtos primários poderá estar a ser actualmente contrariada pelo aparecimento da China nos mercados mundiais, com grande capacidade de compra destes bens e de uma gama variada de produtos, verificando-se já uma ligeira subida dos preços ao nível internacional. A queda de participação de África no mercado internacional está, assim, não só relacionada com factores endógenos (qualidade dos produtos, capacidade de produção, diversificação económica, etc.), mas também com tendências que estão totalmente fora do controlo dos produtores africanos. Nesse sentido, a situação africana não poderá ser comparada com a asiática, uma vez que o desenvolvimento daquelas economias foi realizado num contexto substancialmente diferente, em democracias muito controladas ou em regimes de partido único, com um protecçãoismo total das indústrias nacionais, com proibições de importação e com políticas que pouco tinham a ver com o liberalismo económico. Actualmente, uma estratégia desse tipo seria impossível, face à alteração das relações de força e à liberalização das trocas.

Evolução do comércio de mercadorias de África com o resto do Mundo

Dados apresentados na Conferência por António Almeida Matos
Fonte: UNCTAD

| Exportações (%) | 1985 | 1990 | 1995 | 2000 | 2001 | 2002 |
|--------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Mundo | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| África | 4,2 | 3,0 | 2,2 | 2,2 | 2,1 | 2,0 |
| Norte de África | 1,7 | 1,0 | 0,7 | 0,7 | 0,6 | 0,5 |
| África Subsaariana | 2,5 | 1,9 | 1,5 | 1,5 | 1,5 | 1,5 |

| Importações (%) | 1985 | 1990 | 1995 | 2000 | 2001 | 2002 |
|--------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Mundo | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| África | 3,6 | 2,9 | 2,5 | 2,1 | 2,2 | 2,1 |
| Norte de África | 1,6 | 1,2 | 0,9 | 0,7 | 0,8 | 0,7 |
| África Subsaariana | 2,1 | 1,6 | 1,6 | 1,3 | 1,4 | 1,4 |

| Estrutura de Exportações de África (%) | 1980 | | 2000 | |
|--|----------------------|----------------|----------------------|----------------|
| | Todas as mercadorias | Manufacturados | Todas as mercadorias | Manufacturados |
| Exportações Globais | 6,3 | 0,8 | 7,9 | 0,8 |
| Exportações de Países em Desenvolvimento | 20,3 | 7,8 | 7,9 | 3 |

Algumas Causas do Declínio do Comércio em África

- Mudança nas tendências do comércio mundial:
- Pouca dependência de produtos tradicionais de exportação e evolução da importância de produtos manufacturados de alta tecnologia e produtos não tradicionais como frutas, vegetais, peixe e mariscos.
- Desenvolvimento da importância do mercado de informação, entregas atempadas e empacotamento, factores críticos para a vantagem competitiva no mercado mundial;
- Incapacidade de ter custos financeiros baixos e logística eficiente;
- Falta de informação de mercado;
- Muitos dos países africanos não satisfazem as exigências do mercado (*Hazard Analysis and Critical Control Point* – HACCP) e medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS), resultantes das regras da Organização Mundial do Comércio;
- Fraqueza do sector privado na maior parte dos países;
- Infra-estruturas de transporte fracamente desenvolvidas;
- Tecnologias de informação pouco disseminadas;
- Serviços alfandegários ineficientes que aumentam o custo das transações comerciais particularmente para os países do *interland*;
- Fraca capacidade institucional para o fornecimento de serviços de apoio para o produtor e o exportador;
- Termos de troca extremamente desfavoráveis aumentando a dívida externa;
- Constrangimentos externos: acesso aos mercados, cadeia de valor, subsídios
- Com o actual processo de globalização, o continente africano passou a ser permeável a fenómenos como o tráfico ilegal de drogas e de armamento, lavagens de dinheiro e outros, não tendo a capacidade institucional necessária para os combater.

Quadro apresentado por António Almeida Matos

A evolução dos níveis de investimento directo externo (IDE) no continente africano tem sido positiva nos últimos anos, particularmente nos países que apresentam um ambiente macro-económico favorável e estabilidade político-social. Isto é tanto mais importante se atentarmos aos diferentes relatórios que estabelecem uma relação directa entre o IDE e o crescimento económico, o crescimento do PIB, o aumento de mão-de-obra, a introdução de novas tecnologias e a capacitação dos recursos humanos. Ao nível externo, várias acções para atracção do IDE têm tido uma importância crescente. Por exemplo,

o estabelecimento de negociações para a criação de zonas francas industriais entre grupos de países africanos e outros países e regiões, tais como os Estados Unidos e a UE. Em Setembro de 2003, a *Multilateral Investment Guarantee Agency* (MIGA) do Banco Mundial e a *African Trade Insurance Agency* começaram a oferecer seguros de risco de longo-prazo para IDE em África, para danos físicos resultantes de guerras ou actos de terrorismo, projectos relacionados com a dívida e transacções comerciais. As iniciativas nacionais de atracção do IDE foram também complementadas pelos Tratados Bilaterais de Investimento (BIT) e pelos Tratados Bilaterais sobre Dupla Tributação (DTT)⁴³.

Estas acções constituem ainda exemplos isolados e insuficientes. Para além da MIGA, não existem outras instituições internacionais que forneçam aos empresários garantias aos seus investimentos em África. O IDE em países africanos continua a ser marginal relativamente às outras regiões do mundo, devido às condições de sustentabilidade, de estabilidade e de infra-estruturas ainda inexistentes em vastas regiões do continente. A estas juntam-se políticas governativas pouco eficientes; a existência de barreiras administrativas (burocracia e corrupção); a fraca competitividade das maioria das economias, associada à escassez de mão-de-obra qualificada e aos altos índices de analfabetismo; o proteccionismo ainda presente nestes mercados; a instabilidade política e social prevalecte em vários países. O próprio enquadramento jurídico e normativo é um obstáculo, uma vez que não está em causa a qualidade das leis (muitas vezes das mais favoráveis do mundo), mas sim a discricionariedade com que estas são aplicadas pelos titulares de cargos públicos. Isto origina a existência de imprevistos diários, prejudicando a atracção de investimento e a fixação de actividades produtivas que conduzam à criação de emprego. Em suma, o facto de as economias africanas não terem feito o esforço devido na competição global relativamente à adopção de práticas e atitudes que sejam compatíveis com aquilo que o capital prefere para escolher determinado destino, faz com que, do ponto de vista do investimento, os mercados africanos sejam pouco apetecíveis. É isto apesar de a taxa de retorno dos investimentos em África ser, segundo alguns relatórios, mais elevada do que noutras regiões concorrentes.

Assim, o investimento tende a concentrar-se em poucos países e em alguns sectores estratégicos relacionados com recursos naturais que permitem altas taxas de retorno, como é o caso do petróleo *off-shore*. Este facto explica que, apesar das questões da governação serem impeditivas de um maior interesse dos investidores em África, existam simultaneamente investimentos elevados em países considerados de alto risco ou apontados pela *Freedom House* como países com altos índices de corrupção (caso de Angola ou da Nigéria).

Perante isto, poderíamos argumentar que os recursos dirigidos a África são doados com o objectivo de legitimar e de suportar a exploração de alguns recursos minerais existentes, garantido paralelamente que os fenómenos de pobreza não se estendam para lá das fronteiras africanas. Como refere Amartya Sen, a pobreza só é grave quando afecta os ricos. Segundo os defensores desta perspectiva, a cooperação internacional acaba por favorecer os países mais desenvolvidos, uma vez que apenas uma pequena parte dos montantes desembolsados pelos doadores chega efectivamente aos beneficiários.

Existem, contudo, alguns exemplos positivos na área do investimento que importa realçar, como é o caso de Moçambique⁴⁴. A paz, a estabilidade política e a consolidação democrática são factores essenciais para o relançamento da economia. Embora muitos dos progressos

se verifiquem ao nível urbano, existe igualmente uma evolução positiva no sector agro-industrial, com a mudança de propriedade das empresas algodoceiras, a recuperação das unidades industriais de açúcar, a construção de duas fábricas de tabaco e o surgimento recente desta cultura, que já produz cerca de 78 mil toneladas para exportação. Se há cerca de seis anos as principais exportações eram agrícolas (camarão, algodão, caju), actualmente os primeiros produtos de exportação são o alumínio, a energia eléctrica – exportada para a África do Sul – e o gás natural. O alumínio constitui mesmo cerca de 85 por cento do total das exportações moçambicanas para o mercado europeu. Tal evolução suscita questões interessantes, ligadas ao facto de o acesso às matérias-primas estar condicionado pela estabilidade política e militar e pela existência de infra-estruturas.

A empresa moçambicana Mozal é um exemplo de abordagem integrada que tem criado dinâmicas de desenvolvimento paralelas, através de *linkages* industriais. Actualmente exporta cerca de 500 mil toneladas de alumínio e gera no mercado de Maputo negócios da ordem dos 11 milhões de dólares por mês, uma vez que adquire os produtos que necessita a diversas empresas moçambicanas (serviços, metalomecânica, assistência técnica, etc.). Ao trabalho de identificação de todos os seus consumíveis, seguiu-se um trabalho em conjunto com o Centro de Promoção do Investimento, para identificar produtores nacionais, substituindo a maioria das importações dos mercados internacionais por fornecedores moçambicanos, o que impulsionou o desenvolvimento de outros sectores, como as indústrias metalomecânicas.

Esta dinâmica de desenvolvimento cria um certo optimismo – essencial para o investimento – e tem por base uma série de reformas levadas a cabo pelo governo moçambicano (nas empresas, nas infra-estruturas, no turismo, na melhoria do sistema financeiro, reformas legais), as políticas de diálogo com o sector privado, bem como a assunção de uma postura de credibilidade e maior rigor perante os parceiros externos. Em 2000-2001, Moçambique figura pela primeira vez na lista dos dez países africanos que atraem mais IDE, subindo de 0,1 para 0,3 mil milhões de dólares em 2000 e para 0,96 mil milhões em 2001. Esta dinâmica não é exclusiva de Moçambique, uma vez que em certos sectores do empresariado português, a vontade e o interesse em investir nos países africanos lusófonos – nomeadamente Angola e Cabo Verde – é bastante forte, bastando para isso que existam as condições ambientais necessárias.

No geral, para que não permaneça, em parte, afastada deste terceiro processo de globalização mundial, tal como esteve arredada dos dois primeiros nos sécs. XVI e XIX, a África Subsaariana terá que melhorar a sua gestão macro-económica.

Em primeiro lugar, no sentido de um maior rigor e transparência, por forma a cumprir regras de convivência entre as economias e ganhar credibilidade externa. O problema não reside muitas vezes na ausência de capacidades técnicas, uma vez que podem existir recursos humanos com uma formação sólida e uma capacidade inquestionável de conceber políticas económicas, sem que exista no entanto capacidade de concretização ou vontade política para o fazer. Mas sem uma melhoria das políticas económicas, não se reforçam as garantias ao investimento.

Em segundo lugar, através da promoção de actividades produtivas, uma vez que o peso do sector primário e das actividades transformadoras tem decrescido nas últimas décadas. Uma vez que os recursos naturais ainda constituem a principal fonte de rendimentos da maioria dos países africanos, deverá ser incentivada a industrialização local das matérias-primas.

43. Em 2003, foram concluídos pelos países africanos 35 BIT (13 entre países africanos e os restantes com países europeus) e 9 DTT (5 entre países africanos e os restantes 4 com a Bielorrússia, Alemanha, Oman e Ucrânia).

44. O exemplo de Moçambique foi referido principalmente por António Almeida Matos.

Terceiro, privilegiando a educação técnico-profissional, a formação de recursos intermédios e a qualificação profissional. A ideia de que os investidores procuram mão-de-obra barata é um mito, já que actualmente a operação mais rudimentar exige um conhecimento mínimo de sistemas computadorizados simples.

Quarto, dando prioridade à criação de emprego através da criação de riqueza e de uma classe média forte, vector que é muitas vezes esquecido na afectação de fundos internacionais. Com efeito, alguns programas de ajuda, favorecendo a privatização, a desregulamentação e o funcionamento «natural» dos mercados, com um papel cada vez mais ausente do Estado, vieram na verdade contribuir para a desestruturação daquele que era um dos principais empregadores nos países africanos. Por seu lado, existe uma panóplia de programas de financiamento a pequenos empresários, sem que haja uma coordenação efectiva nem uma complementaridade na escolha dos grupos-alvo. O próprio Estado em África é conivente com este tipo de abordagem, na medida em que acomoda actividades parasitárias e de economia informal, aceitando-as (e muitas vezes participando activamente nelas) pela sua incapacidade de gerar oportunidades de emprego. Os programas formais de estabilização económica raramente têm em conta a realidade informal, descurando uma parte importante das economias africanas. Para além disso, a criação de riqueza é também descurada pelas próprias elites africanas, que preferem colocar os recursos gerados noutros locais em vez de os reinvestirem nas suas economias. Naturalmente, isto está relacionado com o baixo grau de confiança no sistema de governação, nas estruturas financeiras locais, nas instituições nacionais e noutros factores internos.

As recomendações enunciadas implicam, necessariamente, tempo. Tempo para que a sociedade civil se robusteça e se criem novas elites, tempo para que se reforcem as instituições democráticas e se criem novas capacidades. No entanto, esta questão não é consensual, uma vez que muitos afirmam que dar tempo revela uma postura demasiado tolerante e paternalista, concedendo mais uma vez o benefício da dúvida a países que já tiveram a sua oportunidade. Consideram, por isso, que África não necessita de tempo (nem o pode ter face à competitividade actual), mas sim de uma nova atitude, para enfrentar os desafios e capacidade de inovação. É, contudo, reconhecido que a ansiedade de populismo dos governos e a urgência das metas dos doadores preconiza uma abordagem em que se tenta saltar etapas e passar directamente de economias débeis, ou mesmo destruídas, para o desenvolvimento. Para criar uma verdadeira classe média, que não seja meramente resultado do processo de privatizações, mas antes tenha uma função própria na sociedade, são, provavelmente, necessárias várias gerações.

Neste sentido, a mera duplicação de verbas não resolve os problemas, podendo mesmo agravá-los, por criar perversões e aspectos contraditórios – por exemplo, a contratação de peritos externos e as diferenças de tratamento entre o que é externo e o que é nacional acabam por originar um enfraquecimento do que deveria ser reforçado, i.e., a capacidade institucional das organizações locais. Isto está relacionado com um enfoque nos resultados em detrimento dos processos, descurando aspectos como as formas de implementar as acções, o envolvimento dos diversos actores e beneficiários, as várias dimensões culturais, etc.

No âmbito continental, a NEPAD, sendo importante do ponto de vista de defesa de uma estratégia económica integrada e de longo-prazo, permanece em muitos países africanos como algo desconhecido, que ainda não foi discutido nem apropriado pelos

próprios países, e que também não conseguiu os níveis externos de compromissos financeiros inicialmente almejados. No entanto, é preciso salientar que a NEPAD constitui essencialmente um quadro para a renovação social e económica de África. Isto significa que não é um programa de implementação, mas sim uma tentativa de quadro económico comum, baseado nos conceitos de parceria (*partnership*) e apropriação (*ownership*). Nesse sentido, engloba também as questões da democracia e da governação, assumindo-as como valores universais, independentemente do contexto geográfico, e não como conceitos «estrangeiros». O *African Peer Review Mechanism*, que foi criado pelo NEPAD e agora integrado na UA, é o exemplo dessa abordagem abrangente e multidimensional. O facto de se utilizarem procedimentos sistemáticos para comparar as boas práticas é, em si mesma, uma evolução no sentido de atacar uma das principais razões da percepção negativa do risco em África. Isto porque o afro-pessimismo reinante nos meios ligados ao investimento tem como causa, muitas das vezes, um desconhecimento relativamente aos bons exemplos, às histórias de sucesso que nunca são divulgadas.

O sucesso da NEPAD está também ligado à questão da sustentabilidade financeira. Se as ferramentas e os mecanismos estão criados para o novo nível de governação continental, quem os irá financiar e garantir a sua sustentabilidade a longo-prazo? A própria NEPAD, financiada pelo governo sul-africano, com contribuições dos vários Estados relativamente aos peritos enviados, demonstra que há possibilidade de conseguir recursos internos para apoiar algumas estruturas. De certa forma, o principal problema não está na falta de recursos mas nas formas de os mobilizar, como demonstra a reduzida capacidade de recolha de impostos na maioria dos países africanos. A dinamização interna não será, porém, suficiente, pelo que o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos em termos de APD e do perdão da dívida externa tem uma importância fundamental para a disponibilização de recursos adicionais.

A questão da dívida externa é recorrente e alimenta desde há muito polémicas entre o Norte e o Sul. Grande parte dessa dívida deriva de apoios recebidos durante a Guerra Fria por vários ditadores africanos apoiados pelo Ocidente, gerando um ciclo interminável de dependência que hipoteca as actuais e futuras gerações em África. Economistas do chamado mundo desenvolvido, como Jeffrey Sachs ou Joseph Stiglitz, alertam para o facto de os africanos gastarem actualmente mais dinheiro com o serviço da dívida do que com os serviços de educação, saúde, ou outros serviços sociais, existindo de certa forma uma situação em que as economias do Sul subsidiam as economias desenvolvidas. Neste contexto, a recente decisão de perdoar a dívida externa multilateral a 18 países (14 dos quais africanos), no valor de 40 mil milhões de dólares, pode ser positiva, se existirem garantias de aplicação desses fundos para a melhoria das condições de vida das populações.

Após uma análise histórica e económica das sociedades africanas, é justificável questionar os limites e potencialidades dos processos de integração africanos – continental e regionais – na sua vertente económica⁴⁵. Com efeito, se essa integração parece evoluir de forma muito positiva ao nível político, já ao nível económico parece impossível avançar no caminho da integração em zonas de comércio livre ou uniões aduaneiras sem que exista industrialização, sem que África deixe de ser marginal em termos de investimento internacional, e numa situação em que o comércio entre países da mesma região ou continente é diminuto.

5.3. Integração Regional

⁴⁵ A problemática de integração regional em África foi especialmente referida por Daniel Bach.

A este propósito, refira-se que a existência de uma multiplicidade de organizações de integração regional – que se cruzam, sobrepõem, confundem e duplicam – acaba por prejudicar uma possível complementaridade entre países e uma maior racionalidade na cooperação entre estes, dificultando igualmente as negociações económicas e comerciais com a União Europeia. Dos 53 Estados africanos, apenas 6 pertencem a um único agrupamento regional, enquanto 26 países fazem parte de dois e 20 de três, existindo no total cerca de 130 organizações que afirmam promover a cooperação intergovernamental ou a integração supranacional. Refira-se, a título de exemplo, que Angola faz parte simultaneamente da Southern Africa Development Community (SADC); do Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA) e da Comunidade de Económica de Estados da África Central (CEEAC). Esta é uma situação comum para a maioria dos países. (ver mapa⁴⁶). Entre outros problemas, esta realidade acaba por originar conflitos de competências e por enfraquecer as posições das organizações regionais nas negociações com a UE.

A responsabilidade desta «cacofonia» institucional cabe também à Europa, como demonstram alguns exemplos recentes. Na negociação dos APE, a pressão exercida pela UE no sentido de cumprir a sua agenda própria originou mesmo a criação de uma nova estrutura – a ESA (*East and Southern Africa States*), pelo facto de a UE não aceitar que o Egipto integrasse as negociações dos APE como parte integrante da COMESA, porque isso não fazia parte da constelação idealizada ao nível europeu, em que o país já integrava os esquemas regionais de integração económica no Norte de África.

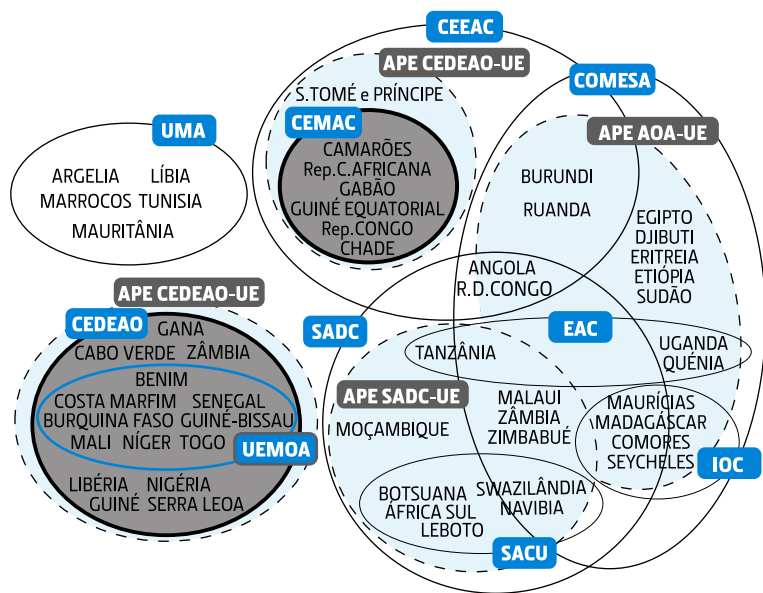
Em África, como noutras partes do mundo, as organizações económicas sub-regionais actuam cada vez mais como estruturas geopolíticas, pelo que a presença de agendas regionais nem sempre compatíveis entre si poderia constituir um obstáculo grave à prossecução do processo de integração. Assim não tem acontecido pelo facto de a retórica da integração ainda não se ter traduzido, na maior parte dos casos, em políticas efectivas. Se na UE é referida amiúde a existência de um hiato entre capacidades e expectativas relativamente ao desempenho externo da união face ao seu nível de integração, em África o principal desafio reside numa discrepância entre a retórica da construção de blocos regionais e as funções que são efectivamente desempenhadas por estas organizações. Apesar de o regionalismo ser um instrumento importante para a condução das relações internacionais dos Estados africanos, a prática raramente envolve a implementação de políticas comuns ou a integração efectiva de alguns sectores económicos e financeiros. Isto apenas se verifica quando existe um Estado impulsor, que assume a liderança ou, dirão alguns, que impõe a sua posição hegemónica, como no caso da SACU (por interacção com a África do Sul) ou da zona monetária do franco CFA (pela liderança de um actor externo – a França). Nos restantes casos, a vitalidade do regionalismo africano tende a resultar de uma combinação de representações cognitivas formadas historicamente em África, com as políticas conduzidas pelos doadores.

É igualmente necessário referir que muita da cooperação existente hoje entre Estados africanos deriva menos da existência de organizações regionais e mais do papel dos chamados *core states*, que impulsionam a tomada de decisões em determinadas alturas. É o caso do *liquified natural gas project*, iniciativa da Nigéria, que fez mais para promover a harmonização das políticas no campo energético entre a Nigéria, o Togo, o Benim e o Gana, do que duas décadas de CEDEAO. Da mesma forma, é a África do Sul que impulsiona vários projectos regionais, com o apoio do sector privado.

O hiato entre a construção formal de instituições e a concretização de políticas tem sido reconhecido, se bem que seja muito encarado como disfunção temporária. O facto de a maioria das organizações de integração regional existentes no continente ter falhado na prossecução dos seus mandatos socio-económicos e a protelação constante dos seus programas (com actualizações de calendário ou reformulações sucessivas), é normalmente minimizado face à percepção que doadores e africanos têm da importância da integração regional para o continente. A vaga mais recente de entusiasmo data do início dos anos 90, altura em que a economia mundial se regionalizava e o fim da guerra fria vinha renovar as preocupações africanas de marginalização.

Desde então, a maioria das organizações regionais africanas alterou os seus acrónimos, aprovou agendas económicas liberais e alargou os seus mandatos por forma a integrar questões de segurança, boa governação ou resolução de conflitos. Estes assuntos estavam quase na totalidade ausentes dos mandatos originais, uma vez que a maior parte dos Estados eram regimes militares ditatoriais ou de partido único, que dificilmente aceitariam restrições à sua governação. Os alinhamentos da Guerra Fria e as alianças internacionais daí decorrentes contribuíam igualmente para o silêncio sobre questões de segurança. O contexto actual é substancialmente diferente. As implicações regionais dos conflitos e as violações do Estado de Direito já não são ignoradas e em certos casos os Estados parecem dispostos a abdicar de uma parcela da soberania em nome do interesse comum, o que impulsiona o desenvolvimento de políticas regionais integradas. Num contexto em

A “cacofonia institucional” da Integração Regional em África



46. Este esquema foi apresentado na conferência por Geert Laporte.

que aumentou claramente a pressão externa para um maior envolvimento africano nas questões de paz e segurança, a existência de situações de conflitualidade e até de colapso do Estado vieram contribuir para a revitalização dos processos de integração regional e oferecer novas oportunidades de apoio para os doadores.

Isto está igualmente relacionado com a importância efectiva da integração económica regional nas agendas de prioridades da governação em África. Na verdade, face aos complexos desafios políticos e económicos internos e perante a crescente ameaça que representa a epidemia de HIV em vastas regiões do continente, o discurso político da unidade e das prioridades regionais, compreensível quando se trata de questões de estabilidade e segurança, torna-se muito menos efectivo quando visto sob o prisma das realidades económicas.

Permanece por analisar qual o papel que Estados considerados desestruturados, fracos, falhados ou classificados segundo designações semelhantes, poderão ter na construção de organizações regionais que se pretendem coesas e institucionalmente fortes. Ou seja, será possível desenvolver organizações regionais sem primeiro responder de forma eficaz ao problema da capacitação do Estado e do fortalecimento da unidade interna? Por exemplo, como interligar a criação de um tribunal judicial regional no seio da CEDEAO, com sistemas judiciais nacionais muito fracos? Actualmente, existe ao nível regional uma consciência da importância da reconstrução do Estado, da sua soberania e segurança. Os protocolos assinados ao nível da SADC e da CEDEAO, no início da presente década, têm subjacente o reconhecimento de que não há utilidade em construir uma integração económica regional e uma segurança colectiva se os Estados não cumprirem uma série de requisitos mínimos. Com efeito, a tendência para equacionar as questões financeiras e de segurança como sendo opostas e pertencentes a dimensões diferentes (económica e política) não corresponde à realidade, pois em ambos os casos a governação é essencial.

Principais Organizações Regionais em África

União do Magreb Árabe (UMA)

www.maghrebarabe.org/

Formada pelo Tratado de Marrakech, em 1988. Ainda não foram dados os passos concretos para a criação de uma União Aduaneira ou de um Mercado Comum, como previsto originalmente. Actualmente, também não funciona como fórum de debate das questões regionais, uma vez que as cimeiras de chefes de Estado foram suspensas em 1994.

Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (*Inter-Governmental Authority for Development – IGAD*)

www.igad.org/

É sucessora da *Intergovernmental Authority on Drought and Development* (IGADD), criada em 1986 para a promoção da segurança alimentar e protecção

ambiental no Corno de África. Alterou a designação em 1996 e desde então tem adquirido alguma relevância como fórum regional e interface das iniciativas de paz da UE, dos EUA e da União Africana na região. O seu papel tem sido especialmente importante ao nível político-diplomático, nos conflitos da Somália e do Sudão.

Comunidade da África Oriental (*East African Community – EAC*)

www.eac.int/

Nascida numa área de relativa coesão cultural (de língua *swahili*) e histórica (passado colonial britânico), a EAC é a sucessora da primeira comunidade da África Oriental (1967-1977), que atingiu níveis consideráveis de integração ao nível das políticas monetárias e fiscais, das comunicações e transportes, e nas questões comerciais. A actual organização, criada em 1999 e lançada apenas em 2001, resulta de um processo relançado em 1993, o qual contou com diversos retrocessos devido a desentendimentos políticos entre os seus membros. A nova

conjuntura criada pela adopção de reformas económicas nos três Estados originou uma pressão, nomeadamente do sector privado, para que fossem restaurados serviços comuns anteriormente existentes. O primeiro passo de uma integração económica efectiva, com o estabelecimento de uma União Aduaneira da África Oriental, deveria estar operacional a partir de Janeiro de 2005.

Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

www.ecowas.int/

Foi criada em 1975 e faliu a maior parte dos seus objectivos no plano económico. De acordo com o programa de liberalização comercial relançado em 1990, deveria ter sido estabelecida uma União Aduaneira em 2000, mas há um ano todos os países estavam ainda por aderir ao objectivo mais modesto de criar uma Zona de Comércio Livre. O programa de criação de uma zona monetária comum foi sucessivamente adiado. Em 1999, foi lançado um programa de aceleração da integração económica e monetária, que conduziu a um acordo sobre a constituição da West African Monetary Zone (WAMZ). Seis dos oito Estados membros deverão estabelecer uma WAMZ, num passo para a fusão com a francófona União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). No entanto, a insuficiente convergência macro-económica e disciplina financeira obrigaram a um adiamento da WAMZ (inicialmente prevista para 2002).

Desde a década de 90, a regionalização de vários conflitos na África Ocidental motivou uma reformulação de alguns objectivos da organização, que reorientou muitos dos seus esforços para o plano político e de construção da paz. No campo da intervenção militar, a CEDEAO é ainda a única organização sub-regional africana que funciona com um sistema de defesa integrado, através do seu braço armado, o *Ecowas Monitoring Group* (ECOMOG), não obstante a grande dependência externa relativamente aos meios logísticos e financeiros necessários para realizar as suas

missões. Durante os anos 90, esta força esteve em três conflitos – Libéria (1990-1997), Serra Leoa (1993-2000) e Guiné-Bissau (1998-1999) – mas os resultados foram objecto de fortes críticas, quer pela transformação das missões de paz em campanhas militares a favor de uma das facções ou de interesses nacionais (nomeadamente nigerianos), quer pela conduta de alguns efectivos, acusados de aproveitamento económico, de abuso de autoridade e de violações graves dos direitos humanos. Desta forma, a CEDEAO redefiniu os seus órgãos e apostou no estabelecimento de um sistema de segurança colectivo, através, nomeadamente, da assinatura, em 1999, do Protocolo para o estabelecimento de uma arquitectura de segurança e de resolução de conflitos na região, da criação do Conselho de Mediação e Segurança (permitindo uma intervenção militar com maioria de 2/3 dos votos), do surgimento de vários centros de treino regionais para formação específica dos militares em missões de paz, da criação de uma unidade contra a proliferação de armas ligeiras, ou ainda da constituição de um Fundo para a Paz. Num futuro próximo, a criação de uma força de reacção rápida que irá funcionar através da activação de unidades de *stand-by* no seio das forças armadas nacionais dos Estados membros, permitirá reforçar ainda mais a capacidade de intervenção ao nível regional (já expressa pelas intervenções recentes na Libéria, Serra Leoa e Costa do Marfim). Para além disso, o conflito na Libéria fez com que em 2003, pela primeira vez desde a sua criação, a CEDEAO interviesse num conflito intraestatal como organismo de mediação, promovendo a assinatura do acordo de paz entre o governo liberiano e os dois principais grupos rebeldes.

Southern Africa Development Community (SADC) www.sadc.int/

Foi inicialmente criada como uma «Conferência de Coordenação» (Southern Africa Development Coordination Conference) em 1980, e funcionava como fórum de atracção e coordenação de fundos externos para a prossecução de projectos – essencialmente de infra-estruturas – em vários sectores económicos bem delimitados. A alteração do acrónimo para SADC, em 1992, foi encarada como um recomeço, em que se privilegiava a integração regional, e se preparava a adesão da África do Sul, tornada realidade em 1994. Demorou quase uma década até que os seus membros recomendassem – numa Cimeira extraordinária, em Março de 2001 – passos concretos para a transformação do quadro multilateral e de coordenação de políticas da SADC numa estrutura integrada, com o objectivo de formar uma Zona de Comércio Livre. Esta está prevista para 2008, mas não deverá estar operacional antes de 2012. A reestruturação envolverá a fusão dos 21 sectores em 4 direcções localizadas no Secretariado de Gaborone, bem como o estabelecimento de Comitês nacionais que formulem *inputs* para as políticas regionais. Os esforços de coordenação nas áreas da política externa e de segurança estão ainda numa fase embrionária. O Órgão de Política, Defesa e Segurança, com funções de prevenção e resolução de conflitos, tem sido objecto de longos debates sobre estrutura e estatuto, encontrando-se praticamente inoperante desde a sua criação, em meados da década de 90. Isto deve-se principalmente ao

seu carácter intergovernamental, a querelas políticas entre os Estados membros, à ausência de valores comuns (coexistência de regimes autoritários e democráticos), à disparidades entre os elementos orientadores das várias políticas externas (pacifistas nuns casos, militaristas noutros), e a uma acérrima competição pela afirmação de poder e influência regionais. A resposta da SADC às crises no Lesoto e na RDC, em 1998, ilustram claramente os aspectos referidos. Apesar destes elementos negativos, registem-se os esforços desenvolvidos para a implementação do Protocolo sobre Política, Segurança e Cooperação e a negociação de um Pacto de Defesa Comum (assinado em Julho de 2001), o qual permite a intervenção da SADC, não só contra agressores externos, mas igualmente em conflitos intra-estatais que representem uma ameaça potencial à segurança da região.

Southern Africa Customs Union (SACU)

Foi criada em 1970, em substituição do Acordo de União Aduaneira de 1910, tendo por objectivo a livre troca de mercadorias entre os seus membros. Possui uma tarifa externa comum e um fundo de receitas, gerido pela África do Sul, a partir do qual são distribuídos os fundos reunidos, segundo uma fórmula própria.

No seguimento de negociações que se prolongaram durante oito anos, o tratado revisto e assinado em 2002 entre os seus membros – a África do Sul, os BLS (Botsuana, Lesoto e Suazilândia) e a Namíbia – vem reconhecer uma integração económica e político-administrativa pré-existente. O novo acordo procura introduzir uma sistema de gestão e de governação regional mais «democrático», uma vez que existia um controlo unilateral da África do Sul sobre a implementação e gestão de políticas. A formulação e condução de políticas da união aduaneira cabe agora ao Conselho de Ministros, incluindo as questões relativas às negociações internacionais de comércio. Estas decisão são tomadas por consenso, o que implica uma limitação do poder da África do Sul, que pode ser confrontada com o veto dos Estados mais pequenos. A gestão administrativa também é transferida para uma série de novos órgãos, nomeadamente um secretariado (sediado em Windhoek), uma Comissão da União Aduaneira, um «Tariff Board» (composto por peritos cujas recomendações são enviadas ao Conselho) e os Comitês Técnicos (de agricultura, mercadorias, comércio e indústria, transportes). Pelo facto de ter objectivos muito precisos e a sua área de actuação ser mais específica e bem delimitada, a SACU tem registado um relativo sucesso na condução das suas políticas.

Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA) www.comesa.int/

Formou-se em 1993 em substituição da área preferencial de comércio existente desde 1981 (*Preferential Trade Area* – PTA), esta organização tem registado grandes dificuldades na prossecução de um processo de integração regional, quer devido ao grande número e heterogeneidade dos seus membros, quer devido a situações de instabilidade política e de conflitos violentos em alguns dos países que a compõem. Nove dos vinte Estados membros criaram em 2000 uma Zona

de Comércio Livre (ZCL), mas com a saída da Tanzânia da organização, o alargamento da ZCL aos restantes Estados tem sido sucessivamente adiado. A Namíbia também saiu da organização em 2004.

Comunidade Económica de Estados da África Central (CEEAC) www.ceeac-eccas.org/

Surgiu em 1983, como aglutinadora de duas organizações resultantes do período colonial. Não tem conseguido cumprir o seu mandato devido a sérias dificuldades financeiras e a tensões políticas entre os países dos Grandes Lagos. Desde 2002, tem tentado reorientar a sua acção para a prossecução de acções na área da prevenção de conflitos e construção da paz.

Existe ainda, embora não como organização, a **Zona do Franco CFA**.

É uma união monetária, com 14 Estados membros (mais as ilhas Comoros), estabelecida antes da Segunda Guerra Mundial e reorganizada após as independências. A integração intra-regional é assegurada por dois bancos centrais: o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e o Banco dos Estados da África Central (BEAC). Estes operam paralelamente e emitem as suas moedas separadamente, sendo estas convertíveis numa base de um-para-um através do sistema inter-bancário. O CFA está indexado ao euro numa paridade fixa, mas a sua convertibilidade é garantida em exclusivo pelo Tesouro francês. A zona monetária do CFA divide-se em dois agrupamentos regionais: a União Económica e Monetária da África Ocidental (tendo como membros Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (cujos membros são: Camarões, República Centro-Africana, República do Congo, Gabão, Guiné Equatorial e Chade), ambas criadas no seguimento da desvalorização do CFA em Janeiro de 1994.

Desde 2002, o conflito na Costa do Marfim – que representa cerca de 38 por cento do PIB total da UEMOA – tem afectado substancialmente os esforços de liberalização comercial e de convergência macro-económica, obrigando a um adiamento do Pacto de Convergência, Estabilidade e Solidariedade para Janeiro de 2006. A UEMOA parece dever a sua sobrevivência às garantias monetárias da França e ao seu apoio continuado.

O panorama actual e futuro do regionalismo em África é, e será, indubitavelmente influenciado pelas normas, modelos e quadros de actuação presentes na União Europeia. O seu papel como modelo, regulador e actor-chave da integração regional está presente na estrutura institucional de várias organizações sub-regionais em África e na formulação de várias políticas (por exemplo, através da adopção dos critérios de convergência pós-Maastricht para a criação da *West African Monetary Zone* – WAMZ). Estas transferências normativas são alimentadas pela dimensão inter-regional das políticas de desenvolvimento da UE, como se verifica actualmente pelas reorganizações regionais impostas pela negociação dos Acordos de Parceria Económica. De forma similar, o *Africa Growth and*

Opportunity Act (AGO), impulsionado pelos Estados Unidos, preconiza um modelo de regionalização e de interações particulares, tentando realizar a sua própria transferência de normas e regras. Por exemplo, a adopção e fixação de padrões de qualidade, de procedimentos técnicos, ambientais ou de saúde no seio de acordos interregionais, adquiriu uma importância estratégica na condução de negociações multilaterais pela UE e pelos EUA. Na África e noutras regiões, esta é uma dimensão a ter em conta na luta pela expansão institucional e pela construção de blocos.

A pressão europeia para negociação de APE e a exigência de reforço das organizações regionais africanas parece actualmente contribuir para um impulso renovado de integração regional. Pela primeira vez, os países africanos vêem-se confrontados com a necessidade real de debaterem, em termos concretos e sequenciais, como irão trabalhar para atingir um maior grau de integração. As organizações regionais são chamadas a dizer o que pretendem do futuro, a pensar e a encontrar posições comuns, o que é muito positivo. Só isto lhes permitirá ter uma posição negocial forte e concertada junto da UE.